

ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS DE OEIRAS

Volume 24 • 2018

VOLUME COMEMORATIVO DO XXX ANIVERSÁRIO
DO CENTRO DE ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS DO CONCELHO DE OEIRAS
1988-2018



Editor Científico: João Luís Cardoso

CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS
2018

O TEMPLO PRÉ-ROMÂNICO DE SÃO GIÃO (NAZARÉ): BREVE SÍNTESE DAS INVESTIGAÇÕES REALIZADAS E DOS RESULTADOS OBTIDOS

THE PRE-ROMANIC TEMPLE OF SÃO GIÃO (NAZARÉ): A BRIEF SUMMARY OF THE INVESTIGATIONS CARRIED OUT AND THE RESULTS OBTAINED

Carlos Fidalgo¹ & João Luís Cardoso²

Abstract

We present the historiography of the archaeological interventions carried out in the pre-Romanic church of São Gião (Nazaré). The economic and social evolution verified in the space in which it is inserted, based on the information of the abundant documentation of medieval and modern times, partly studied by several authors, is discussed.

Keywords: Portugal, pre-Romanic temple, São Gião.

1 – INTRODUÇÃO

A igreja de São Gião, localizada na freguesia de Famalicão, concelho da Nazaré, possui historial de trabalhos científicos bastante diversificado no que à sua cronologia histórica, artística e enquadramento geográfico diz respeito.

Na verdade, não se pode deixar de questionar porque é que no extremo ocidental da Península Ibérica se construiu, na Alta Idade Média, um pequeno templo, entre a serra da Pescaria, o mar e os campos agrícolas que ainda hoje conhecemos.

Essa é apenas uma das várias questões que, ao longo das últimas décadas tem vindo a ser estudada por historiadores, arqueólogos, engenheiros, arquitectos, entre tantas outras áreas do conhecimento mas que, apesar dos seus esforços, ainda não conseguiram decifrar o enigma deste pequeno templo de São Gião da Nazaré. Pequeno imóvel que, pelos documentos consultados, faria parte de uma propriedade cuja área ultrapassava em muito o que hoje conhecemos como “Quinta de São Gião”.

Se, por um lado, a pequena igreja de São Gião merece estudo transdisciplinar que agregue as várias áreas do saber para que definitivamente se consiga entender ou desvendar os mistérios que ainda encerra, por outro lado todo o território onde se implantava a quinta de São Gião poderá contribuir, também, para uma nova abordagem, em particular, por parte da arqueologia.

¹ Câmara Municipal da Nazaré. Coordenador do GGPC – Gabinete de Gestão do Património e Cultura. carlos.fidalgo@cm-nazaré.pt

² Universidade Aberta (Lisboa). Coordenador do Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras (Câmara Municipal de Oeiras). cardoso18@netvisao.pt

O presente contributo inicia-se com uma breve análise territorial do local de São Gião, antes da identificação do excepcional valor histórico-patrimonial do imóvel por parte do arqueólogo Eduíno Borges Garcia. Não parece, com efeito, existirem grandes dúvidas quanto ao facto de São Gião dever sobretudo à arqueologia o conhecimento e a relevância histórica e patrimonial que possui, decorrendo desse facto a necessidade de agregar numa breve síntese as conclusões que consideramos mais importantes, com base nos trabalhos arqueológicos ali realizados.

De facto, os trabalhos de Eduíno Borges Garcia (1962 a 1978), Octávio da Veiga Ferreira (1981) e Luís Fontes (2000 a 2005)¹ demonstraram o valor excepcional daquele local que poderá remontar ao período da presença romana nesta zona do litoral estremenho.

Dedicar-se-á atenção à descoberta de moedas portuguesas na relação que pensamos possuir com o território onde se implanta a quinta de São Gião entre os séculos XII a XVI, sem prejuízo da importância da análise sobre a arquitectura do templo, envolvendo as obras de arte ainda existentes em São Gião e as que se encontram depositadas nas diversas instituições museológicas e/ou de investigação, assunto já abordado por um de nós (FIDALGO, 2013; FIDALGO, 2011, vol. I e II).²

Na certeza de que muito existe ainda por esclarecer sobre a igreja de São Gião, o presente trabalho tem como objectivo principal agregar e analisar a informação mais pertinente sobre o local de São Gião, em particular no respeitante aos resultados dos trabalhos arqueológicos ali efectuados, embora qualquer abordagem ao local de São Gião não possa ser efectuada isoladamente das dinâmicas territoriais ditadas pela Geografia humana e pela Geografia física, englobando esta última a evolução geomorfológica desta região litoral (FIDALGO, 2013, p. 19-58, 64-72, 113-127 e 136-160).³

2 – ACERCA DO TERRITÓRIO DE SÃO GIÃO

Parece conveniente fazer uma pequena reflexão sobre as menções ao local de São Gião na documentação e bibliografia conhecida antes do período em que Eduíno Borges Garcia identificou no terreno o templo dedicado ao dito santo.

Assim, consultada a documentação dos séculos XIII a XVI, não só a igreja de São Gião não aparece mencionada como, por oposição, as informações sobre as duas igrejas mais antigas implantadas na Pederneira daquelas épocas encontram-se referenciadas amiúde, revelando-se de grande importância a informação contida nesses documentos para a historiografia das origens da Pederneira⁴ e, por conseguinte, do concelho da Nazaré.

¹ Os espaços temporais apresentados correspondem às investigações de terreno relativas a São Gião e não às datas das respectivas publicações, pelos diversos autores.

² Ainda assim e como informação, note-se para este caso o Museu Dr. Joaquim Manso, que recebeu uma boa parte do espólio recolhido por Eduíno Borges Garcia, o Museu Regional de Arqueologia D. Diogo de Sousa, localizado em Braga, e a Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, também em Braga, locais de depósito do espólio encontrado durante os trabalhos de arqueologia levados a cabo por Luís Fontes. Quantos aos espólios encontrados por Octávio da Veiga Ferreira e por João Saavedra Machado, consultado o Museu Dr. Joaquim Manso, foi-nos informado que não tinham conhecimento de quaisquer espólios provenientes desses trabalhos, desconhecendo-se o paradeiro do mesmo.

³ Em trabalho anterior já foram abordadas estas temáticas.

⁴ Não se justifica a replicação integral dessa cronologia documental onde pontificam as várias igrejas que existiram na Pederneira, em particular, entre o século XIII e o século XVII. Sobre as igrejas da Pederneira, ver FIDALGO, 2012.

Assim, a igreja de São Pedro da Pederneira aparece primeiramente mencionada num documento datado de 1221 (COELHO, 1922, p. 203).

De 1342 é uma informação sobre uma igreja na Pederneira cujo orago era *Santa Maria* onde se revela que a propriedade da mesma “*He del Rey*” (GOMES, 2005, p. 279).

Em 1432 e 1434, são efectuadas duas visitas à igreja de Santa Maria da Pederneira (MARQUES, 1998, p. 199-208, 210- 213, 215-216, 217-221, 226-228 e 230-232), notando-se que a igreja de São Pedro ainda existia e que o seu adro era o local preferido pela comunidade para enterrar os seus mortos (*Ibidem*, p. 211).

Apenas na primeira década de seiscentos, segundo a documentação consultada, surge a primeira referência a uma outra igreja, Santo André (FIDALGO, 2012, p. 65-80), mas sobre a igreja de São Gião as fontes documentais mantêm completo silêncio (BRITO, 1597, fls. 242v-246)⁵; já quanto ao local do mesmo nome, Iria Gonçalves, citando documentação consultada, refere⁶ que a “*Norte dos coutos, a primeira granja que se encontrava era a de Cós. Em carta de foro lavrada nos meados do século XIII, ficou dito que os moradores deviam estabelecer-se junto à granja e os terrenos que eles podiam agricultar confinavam com os desta; a Pederneira ficava entre as explorações monásticas da Torre de D. Framondo e da Pescaria.*”⁷ Em 1283, a propriedade distribuída pelos cultivadores confrontava com ambas aquelas granjas, mas não se lhes sobrepunha; em 1275 já vários camponeses se haviam estabelecido na Ferraria, próximo de Maiorga, e quando nesse ano foi passada a escrito a delimitação das terras que podiam cultivar, o mosteiro reservou-se de tudo quanto pertencia à granja da Colmeias;⁸ alguns anos mais tarde, em 1303, ficou consignado que o termo da Maiorga retrocederia perante aquelas terras, tal como perante o chamado Cabeço de Abrantes, porque já anteriormente tinha sido incluído no termo de outra povoação; a Cela Nova foi, por assim dizer, criada em 1286, pois parece que no local não havia, então, povoadores e talvez não tivesse ainda sequer denominação própria. Mas a toda a volta do herdamento então delimitado para os futuros moradores vicejavam já granjas que a abadia teve o cuidado de deixar guardadas para si: mais uma vez as Colmeias, a Cela, o Bárrio, a Almuinha do Paio Rapaz, a Vestiaria; [...] mais para a beira-mar, a Cavalariça ainda em 1232 se guardava expressamente para a abadia; [...] junto ao rio Salir, as granjas do mesmo nome e da Mota ficaram durante bastante tempo separadas por uma área desabitada, que em 1321 os monges se propuseram valorizar chamando para aí moradores e criando uma povoação a que deram o nome de Barrantes; junto à concha de S. Martinho, a vila do mesmo nome levava o seu termo até às granjas de S. Gião e da Torre.”⁹ (GONÇALVES, 1989, p. 137-140).

Seria, então, o local de São Gião, no primeiro quartel de trezentos, uma das granjas que o Mosteiro de Alcobaça, na sua política de povoamento e, conseqüente, aproveitamento agrário do vasto território herdado pela doação de D. Afonso Henriques a Bernardo de Claraval, tinha na sua posse? Mas, se assim for, por que

⁵ Pelo menos até à revelação de Frei Bernardo de Brito.

⁶ A citação é extensa, mas dada a importância da mesma, foi transcrita na totalidade, até porque o enquadramento que Iria Gonçalves nos apresenta transmite, também, uma bem elaborada cronologia de algumas granjas de Cister, entre elas, a da Pescaria e São Gião.

⁷ Ver-se-á mais à frente a importância destas duas referências, granja de D. Framondo e granja da Pescaria, para uma eventual cronologia de ocupação humana de São Gião, em particular da granja da Pescaria.

⁸ Onde estão hoje implantadas as termas da Piedade.

⁹ Refere-se, com certeza, a autora à granja localizada junto à Fortificação de D. Framondo. Sobre as confrontações destas três quintas/granjas note-se o que se disse acerca dos limites plasmados num dos documentos que menciona algumas das quintas do Mosteiro (FIDALGO, 2012, p. 21-23). No *Livro do Tombo da Quinta do Campo*, entre os dias 1 de Março de 1782 e o dia 25 de Abril de 1783, referem-se as quintas com as quais a quinta do Campo (Valado dos Frades) confrontava. Em cada uma delas é notada a existência de uma capela. Assim, verifica-se que na quinta do Campo, à data do referido *Tombo*, existia uma capela dedicada a Nossa Senhora da Conceição que foi demolida. Na quinta da Torre das Colmeias existe ainda, embora já muito alterada por obras recentes, uma capela dedicada a Nossa Senhora da Piedade. Cf. *Livro do Tombo da Quinta do Campo*, 1782, fls. 14v-15 e fl. 16.

são omissas também as fontes sobre a igreja de São Gião, pelo menos até à *revelação* de Frei Bernardo de Brito? Qual a dimensão física dessa granja e onde se implantavam os edifícios, normalmente associados às necessidades de produção e tratamento dos produtos retirados da actividade agrícola e da pastorícia?

São muitas as questões que se colocam sobre este local, fruto talvez da quase total omissão nas fontes medievais, contrariamente ao que aconteceu com outros locais, dentro da zona coutada pelos monges brancos (GONÇALVES, 1989; BARBOSA, 1992; FIDALGO, 2012; MADURO, 2011).

Naturalmente que este “lapso documental” poderá indiciar o que Pedro Barbosa nota, quando, relativamente a esta problemática, refere que os “[...] *documentos alcobacenses que lhe dizem respeito são inexistentes até 1375. Não se afasta a hipótese de algum (ou vários) documento referentes à quinta de São Gião terem desaparecido. Mas o mais verosímil é que nunca tenham existido no cartório de Alcobaça.*”¹⁰ *E isto porque a quinta se situa [...] no termo da Pederneira, sobre qual Alcobaça tinha direitos senhoriais outorgados, pelos reis, mas cuja posse da terra lhe escapava.*” (BARBOSA, 1992, p. 52).

Na verdade, a referência à existência de uma granja/quinta não fornece, por si só, elementos suficientes sobre a tipologia do seu núcleo edificado, o que coloca novamente a dúvida quanto à dimensão, tipologia e funcionalidade dos edifícios e limites territoriais dessa granja.

Mais estranha se torna ainda a omissão da granja de São Gião no trabalho de J. Vieira Natividade, identificando o autor 14 granjas como já existentes no século XIV, sendo que a mais próxima da omitida São Gião, segundo o mapa apresentado pelo mesmo, é a granja do Valado (NATIVIDADE, 1944, p. 5-30)¹¹.

Por seu lado, Iria Gonçalves, além de mencionar, como se viu, a granja de São Gião, fez referência às explorações monásticas da Torre de D. Framondo e da Pescaria (GONÇALVES, 1989, p. 140).¹²

Ainda relativamente à identificação da quinta ou granja de São Gião nas fontes, verifica-se que António Carvalho da Costa, ao descrever o local da Serra da Pescaria, refere que “*Os mais lugares do termo da Villa da Pederneira sam, [...]. Para o Sul tem a Serra da Pescaria, que terá quinze vizinhos com huma Ermida dedicada a S. Julião, fabrica antiga, & com vários letreyros de letras Goticas, que foy do tempo do famoso Viriato, & depois, Mesquita de Mouros.*” (COSTA, 1712, p. 137).

Num outro documento, datado de 1721, menciona-se de novo o local de São Gião como sendo uma quinta pertencente ao “*Marques de Abrantes*”¹³ com uma “[...] *antiquíssima Ermida do dito Sacto [São Gião] que ha tradição teve seu princípio muito poucos anos depoés da vinda de Cristo N. Senhor ao mundo [...]*”¹⁴

Naturalmente que poderá não se justificar a hipótese de ser São Gião quinta ou granja cisterciense, mas parece oportuno tentar fazer essa análise, dado que a mesma poderá ser pertinente para futuros trabalhos de arqueologia que não se limitem apenas ao interior e/ou à envolvente próxima da igreja.

Ao século XVIII pertencem alguns documentos que atestam tratar-se de uma grande propriedade com limites bem diferentes dos que possui actualmente.

¹⁰ A questão parece pertinente. Se não existiram documentos relativos a São Gião no Cartório de Alcobaça, será equacionável que este pequeno templo tenha passado ao lado de toda a documentação conhecida? Parece evidente a possibilidade da quinta de São Gião ter sofrido um processo de isolamento, talvez motivado pela questão do assoreamento da laguna da Pederneira, pela estagnação das águas e consequentes surtos epidémicos e, por fim, pela migração da população para norte, para a nova enseada que nos séculos XV-XVI se localizava em frente à serra da Pederneira.

¹¹ Vide Fig. 4.

¹² Vide Fig. 3. Fez-se menção a essas duas granjas, Torre e Pescaria, em trabalho anterior (FIDALGO, 2012, p. 18-26).

¹³ Sobre o 1.º Marquês de Abrantes, proprietário da quinta de São Gião, como referimos, consulte-se: AUGUSTO, 2009, p. 81-108. A autora refere que D. Rodrigo Anes de Sá Almeida e Meneses (19.10.1676-30.10.1733) foi “feito Marquês de Abrantes em 1718”. *Idem*, p. 92.

¹⁴ 1721 – ADLRA – Pederneira. *Noticias Remetidas à Academia Real debaixo da Real protecção do muito alto, e muito poderoso Rei N.º Sñr D. João 5.º*. Leiria, 1721, p.125-132 v.

Assim, nas *Memórias Paroquiais de Famalicão*, datadas de 1758, consta o seguinte:

“Tem a dita Serra [Pescaria] em si vários Casais¹⁵ e ao longo della, nas margens do mar, tem o Ex.^{mo} Marquez de Abrantes hũa quinta que produz em abundância trigo, milho, cevada, e outros legumes.

Junto às Cazas da dita Quinta esta fundada hũa ermida consagrada em louvor de S. Gião e como esta totalmente se acha demolida e arroïnada por sua immemoravel antiguidade, mandou um D [?] vizitador em [capitulo] de vizita se transladasse o dito Santo p.^a a Igreja Parochial desta Freguezia, por achar indecente a existencia do dito Santo em Lugar tão improprio, com tão pouco veneração, e culto.”¹⁶

À parte as questões relacionadas com o estado de conservação da igreja de São Gião, o que importa nesta fase é perceber a real dimensão da quinta de São Gião. De facto, a referência à abundante produção de produtos agrícolas remete para uma propriedade cuja dimensão teria, com certeza, alguma expressão territorial, ainda que se possa aceitar que o núcleo urbano da mesma se confinasse aos imóveis que, na sua maioria,¹⁷ ainda hoje existem, com maiores ou menores alterações (Fig. 1).

De facto, as fontes documentais não nos fornecem referências geográficas suficientes que permitam formar opinião sobre os limites e real dimensão do território, deixando dessa forma um enorme vazio na informação, o que contribui para abordagens conjecturais, ainda que a consulta e análise das cartas cadastrais, plantas aerofotogramétricas e a preciosa, mas compreensivelmente insuficiente, ajuda do testemunho oral possam, de certa forma, colmatar essa falta de rigor geográfico na documentação medieval.

Posto isto e dada a dificuldade enunciada, releva-se o que se encontra descrito num documento datado de 1947, cuja autenticidade também não se coloca em questão.¹⁸



Fig. 1 – Indicação da quinta de São Gião e do Casal de São Gião. No extremo norte aparece o rio Alcoa e a sul o Salgado (cf. <URL: <http://www.tvciencia.pt/tvccat/pagcat/tvccat02.asp?varcota=CDI27911912&tit=Plano%20hydrographico%20da%20Enxada%20da%20Pedrneira>> (acedido em 3.10.2015). A indicação gráfica dos dois locais é da responsabilidade dos Autores.

¹⁵ A sul da quinta de São Gião (núcleo urbano e eclesiástico) localiza-se o Casal de São Gião, conforme consta da planta que se apresenta (Fig. 1). A existência deste “Casal” poderá indicar a sua inclusão dentro dos limites da quinta de São Gião e, por conseguinte, a sua extensão até ao termo de São Martinho, apoiando a interpretação que Iria Gonçalves fez sobre as confrontações entre a quinta de São Gião e São Martinho.

¹⁶ 1758 – ADLRA – Famalicão. *Resposta aos Quesitos*. O assunto prende-se com uma Visitação efectuada em 1702 onde se refere o seguinte: “A ermida de Sam Gião mando que logo se tape por se me fazer queixa serve de curral de gado e o feitor que assiste na quinta donde está a dita ermida satisfará dentro em 15 dias com pena de excomunhão e tenha fechada de pedra e cal não a concertando para o que uzava o reverendo vigário da provisão que tem o Senhor Cardeal que Deos tem.” 1702 – *Livro das Vizitas Desta Igreja de N.ª Sr.ª das Areyas da Villa da Pederneira*. Espólio Documental do Museu Dr. Joaquim Manso, Nazaré, 1591, fls. 171-171v.

¹⁷ Segundo um dos proprietários da quinta de São Gião a casa de dois pisos foi construída na primeira década do século XX, sendo as restantes edificações mais antigas. A documentação consultada no âmbito da preparação deste trabalho atesta a pouca antiguidade desse edifício.

¹⁸ Foi facultada documentação de grande relevância sobre o local de São Gião. Contudo, os seus conteúdos inserem-se no estudo recentemente publicado por por um de nós (FIDALGO, 2017).

Este será o único documento que descreve, de uma forma objectiva, a quinta de São Gião.¹⁹

Refere-se no documento:

*“[...] uma propriedade, denominada «Quinta de São Gião», composta de casas de habitação, de rez do chão e sótão, três palheiros, um celeiro, uma arribana, dois currais, casa de forno e forno de cozer pão, uma cocheira, casa das abegoarias, oficina de alfaias agrícolas, casa de arrecadação, um outro palheiro, um curral para gado caprino, eira de pedra e cal, um pôço de água nativa, dois tanques de alvenaria, terra de sementeira, quintal, mato e pastagens, a confrontar do norte com Rio Alcôa, sul com [X]²⁰ nascente com [Y] e poente com o mar [...]”*²¹ (Fig. 2).



Fig. 2 – Vista de Noroeste da actual quinta de São Gião. Foto de Carlos Fidalgo. Em segundo plano, ao centro pode ver-se parte da cobertura metálica que ainda protege e esconde a igreja de São Gião (23.10.2015).

O limite meridional da quinta, interpretando os dados constantes no documento em causa, situava-se junto ao Salgado, cerca de 2,4 km,²² extremo actual do Concelho da Nazaré, uma vez que o beneficiário da partilha a quem coube o Casal de São Gião *“[...] deveria dar passagem nas servidões e não impedir o curso das águas.”*²³

Pela mesma descrição percebe-se que a quinta de São Gião tinha o seu limite norte junto ao rio Alcôa, i.e., mais de 2 km de extensão, o que pode sustentar que esta quinta não se confinava ao casario existente junto à pequena igreja mas a um território muito mais vasto que o descrito neste documento, datado de 1947.

Em jeito de conclusão, e em abono do que se expôs, importa ter presente o que refere Borges Garcia sobre a eventual existência de uma torre a norte da igreja de São Gião: *“Se dermos crédito a Frei Bernardo de Brito, teremos notícias dum templo consagrado a Neptuno em S. Gião e também uma torre com facho para apoio à navegação, na foz do Alcôa*²⁴ *para as bandas do que é hoje a Ponte da Barca [...].*

Das muitas vezes que ali tenho passado, dei conta duma pequena elevação de textura superficial diferente do mar de areia circundante [...].

Na verdade, no Outono de 63, de regresso a S. Gião encontro num pequeno declive da «Torre» um pedaço de opus signinum...

Ali estava um indício do que escrevera Frei Bernardo de Brito!” (GARCIA, 1964, p. 4) (Fig. 3).

¹⁹ Em conversa com um agricultor daquela zona, obteve-se a informação *“[...] que a cerca de menos de um metro de profundidade parece existir uma zona muito dura de terreno onde a alfaia agrícola não consegue penetrar e que mais parece pedra meio solta mas grande.”*

²⁰ Omitem-se propositadamente os nomes de particulares que possuíam terras que confrontavam com esta quinta. O que importa para o presente estudo é a percepção da dimensão da quinta de São Gião fornecida pelo conteúdo deste importante documento de partilha por óbito do senhor [A]. Este documento possui, ainda, muita informação toponímica que que um de nós (C.F.) analisará em trabalho futuro.

²¹ ADLRA – *Escritura de Partilha*, Nazaré, Partilhas, 1947, fl. 38, Livro n.º 464. Agradece-se ao Sr António Carreira Azeitona o facto de ter facultado este importante documento.

²² As distâncias apresentadas têm origem na quinta de São Gião.

²³ Cf. ADLRA – *Escritura de Partilha*, Nazaré, Partilhas, 1947, fl. 60v, Livro n.º 464.

²⁴ Limite indicado para a propriedade no documento de 1947.

Como veremos, Borges Garcia viria, através dos dados fornecidos por Bernardo de Brito, a descobrir o pequeno templo de São Gião, assim como aferiu da existência de *opus signinum* a “quase dois tiros de besta,²⁵ contra o Norte [...]”.²⁶ Releva-se, exemplificando, a possibilidade de existência de estruturas não só de cariz defensivo mas também de objectos ligados à prática agrícola nos campos adjacentes ao casario da quinta de São Gião. Com maior propriedade se sustentará essa possibilidade, quando se estudar antigo sistema de rega, indicado pelo proprietário daquela parcela junto à actual quinta de São Gião.

3 – TRABALHOS ARQUEOLÓGICOS EFFECTUADOS NO TEMPLO DE SÃO GIÃO

3.1 – Eduíno Borges Garcia

Conforme referido anteriormente, o local de São Gião entenda-se desde a Ponte da Barca até à Praia do Salgado, abarcando as encostas nascente e poente da serra da Pescaria, onde se recolheram em diversas épocas vestígios de ocupação humana de cronologias distintas.²⁷

Deve-se a Eduíno Borges Garcia a identificação do pequeno templo de São Gião (GARCIA, 1962, p. 3-15). Nessa comunicação o Autor apresenta as primeiras impressões sobre o que viu na quinta de São Gião, ainda antes de iniciar os trabalhos realizados no interior do templo, referindo que “[...] guiado mais pelos escritos antigos do que pela informação oral, pude observar, medir e fotografar um túmulo de pedra (romano?) e um capitel de coluna com folhas de acanto (medieval).” (*Ibidem*, p. 8-9) (Figs. 4 e 5).



Fig. 3 – Em A localiza-se a igreja de São Gião. Em B assinala-se a possível localização da Torre referida por Frei Bernardo de Brito. (FIDALGO, 2013, p. 116). Foi possível verificar no local que, a existirem, os vestígios estariam debaixo de muito entulho que por ali se tem depositado.

²⁵ Um tiro de besta varia entre os 125 e os de 400 metros, pelo que na descrição de Frei Bernardo de Brito, a referida Torre deveria situar-se entre os 250 m e os 800 m a Norte de São Gião (FIDALGO, 2013, p. 113-116). Contudo, a distância da quinta ao extremo sul da ponte da Barca é muito superior, cerca de 1,96 km em linha recta, o que poderá indicar um erro na descrição de Frei Bernardo de Brito ou uma outra torre existente junto à embocadura da laguna da Pederneira. Não existe forma de o saber, posto que Borges Garcia não fez, que haja conhecimento, qualquer trabalho de arqueologia ou outra qualquer comunicação sobre esse *pequeno declive da Torre* que o mesmo refere ter encontrado.

²⁶ BRITO, 1597, fls.. 245v-246.

²⁷ Sobre a presença pré-histórica na região, assinala-se para a zona de Famalicão, as publicações, entre outras, de Manuel Heleno (HELENO, 1938, 1953) e de Eduíno Borges Garcia (GARCIA, 1962, p. 3-15).

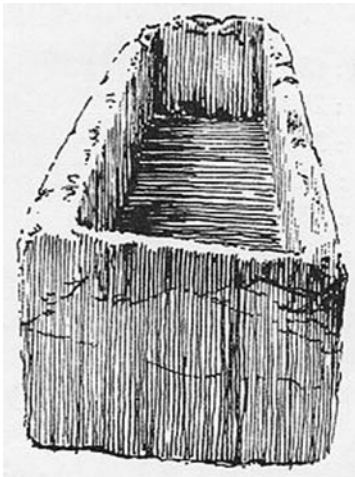


Fig. 4 – Sarcófago a que Borges Garcia faz referência (GARCIA, 1962). Este túmulo encontra-se em exposição permanente no Museu Dr. Joaquim Manso, na Nazaré.



Fig. 5 – Dois pormenores da igreja de São Gião desde logo salientados por Eduíno Borges Garcia: capitel com folhas de acanto e arco peraltado (GARCIA, 1962).

Desde logo Borges Garcia debate-se com um conjunto de interrogações que viriam a justificar o seu interesse pelo estudo daquele edifício.

Refere Borges Garcia que “[...] *das muitas visitas que efectuei à Quinta de S. Gião pude observar uma coluna com capitel ornamentado com folhas de acanto. Pude verificar que a coluna servia de apoio a dois arcos redondos.*

A escultura, embora rude, não há dúvida que é constituída por folhas de acanto e, por isso, cremos tratar-se de elemento visigótico.” (GARCIA, 1962, p. 13). Também a existência de uma porta despertou o interesse de Borges Garcia que a classificou como sendo um dos raros exemplares da arquitectura árabe (*Ibidem*). Com a publicação destes, achados, a pequena *casa*,²⁸ localizada na quinta de São Gião,²⁹ viria a justificar um processo de revisão da presença visigótica na estremadura litoral e, mais importante, também no âmbito peninsular. Assim, dada a importância da descoberta, os estudos prosseguiram nos anos seguintes; numa comunicação apresentada ao *III Colóquio Portuense de Arqueologia* (GARCIA, 1965, p. 5-7) em 1964, Borges Garcia sustenta a sua opinião sobre a cronologia pré-românica do edifício, valorizando alguns elementos arquitectónicos e acrescentando informação sobre a descoberta de “[...] *desenho em relevo de três cruces de braços iguais em cada uma das impostas deste arco [...]*” (*Ibidem*, p. 7),³⁰ concluindo que “[...] *embora não tenha sido ainda possível um estudo arqueológico mais profundo destes vetustos edifícios, estou porém convencido ter descoberto as ruínas dum templo cristão visigótico, assente em local onde primitivamente os romanos assinalaram a sua passagem.*” (*Ibidem*).³¹ Em 1966, é de sua autoria um trabalho de síntese em que compara o templo por si identificado a São Pedro de Balsemão (Lamego) e San Juan de Baños (Espanha), reafirmando tratar-se de uma construção visigótica, abrindo deste modo novas perspectivas sobre a arte e a arquitectura dessa época em Portugal

²⁸ Segundo Borges Garcia os trabalhadores da quinta chamavam “Ermida” à casa onde hoje se encontra a igreja de São Gião (GARCIA, 1964, p. 5).

²⁹ Note-se que Borges Garcia nesta comunicação não utiliza o nome “Igreja” mas sim “edifícios”. Esta evidência pode contribuir para o desconhecimento que Borges Garcia tinha sobre o que estaria no interior daqueles “pardieiros”, como lhes chama.

³⁰ Admite-se que Borges Garcia se referisse às impostas existentes na *Iconóstase*.

³¹ Recorde-se que a ligação de São Gião ao período romano era já indicada por Frei Bernardo de Brito. Contudo, essa informação necessitava de ser comprovada (BRITO, 1597, fls. 242v-246).

(GARCIA, 1966). É nesta altura que, motivado por um lado pela necessidade de sustentar essa suspeita, e por outro, pela evidente importância científica da identificação de um templo visigótico na região em causa, que Eduíno Borges Garcia passou a publicar com o Prof. Fernando de Almeida os resultados das suas pesquisas, decisão justificada pelo facto de este último ter então acabado de dar à estampa a sua tese de doutoramento sobre a Arte Visigótica no território português (ALMEIDA, 1962).

Assim se compreende que os resultados da campanha de Agosto de 1965 (Fig. 6) fossem já publicados em co-autoria pelos dois arqueólogos, confirmando-se a atribuição do edifício a um templo visigótico (ALMEIDA & GARCIA, 1966).

Nessa campanha realizou-se a abertura dos vãos laterais da já referida *iconóstase* (FIDALGO, 2013, pp. 121-122; 140-142 e 155-157),³² após trabalhos de remoção do emparedamento que os ocultava e procedeu-se à recolha de moedas portuguesas datadas desde o século XIII ao XV e à identificação de um novo “[...] *túmulo, sem espólio e de violação menos evidente* [...]” (ALMEIDA & GARCIA, 1966, p. 406-407) .

Eduíno Borges Garcia, numa conferência proferida em Alcobaça muito mais tarde (GARCIA, 1978),³³ sintetizou os resultados dos trabalhos de arqueologia que ali decorreram, concluindo-se que a intervenção de Borges Garcia e de Fernando de Almeida relevou dois aspectos fundamentais daquele local: a arquitectura do edifício e os elementos decorativos encontrados no seu interior ou nas imediações próximas.

A reabertura dos vãos interiores que, como já referimos, terão sido tapados em 1702, permitiu a descoberta de vestígios de ocupação humana daquele espaço, desde o período romano até ao século XVIII, período em que terá sido decidido fechar a igreja ao culto.

Aqueles trabalhos viriam, até aos dias de hoje, a alimentar a discussão sobre a datação atribuída à igreja, fruto da descoberta e análise comparativa dos elementos decorativos mas também, em particular, de um elemento arquitectónico e estrutural existente entre a nave central e o cruzeiro, a *Iconóstase*, permitindo ao Autor concluir que São Gião seria um templo monástico visigótico do século VII (656-665 d.C.), possuindo algumas particularidades arquitectónicas que fornecem indicações quanto às práticas litúrgicas da época.

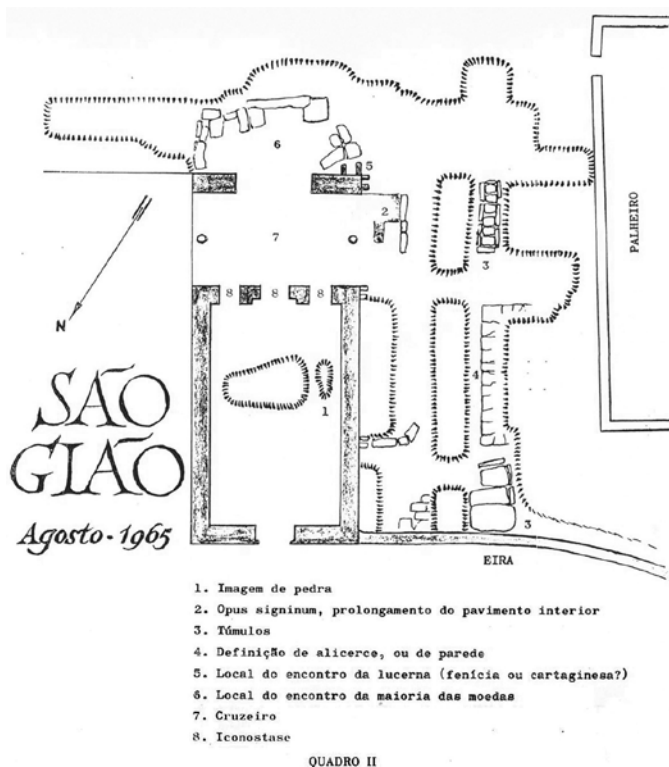


Fig. 6 – Localização dos trabalhos arqueológicos efectuados em 1965 por Eduíno Borges Garcia e Fernando de Almeida (ALMEIDA & GARCIA, 1966).

³² Confira-se, ainda, o II vol. da dissertação de mestrado em Estudos do Património de um de nós (C.F.) apresentada à Universidade Aberta, sob orientação do segundo signatário, em particular o capítulo “A Arquitectura de São Gião”, p. 35-65.

³³ Na verdade os trabalhos sucessivamente publicados por Eduíno Borges Garcia acabam por constituir sínteses actualizadas de trabalhos anteriormente publicados. Por esse motivo, a informação encontra-se, por vezes misturada, dificultando a interpretação das datações e dos dados contidos nas várias comunicações proferidas.

Assim, o “anteparo”, “cancela” ou “iconóstase” é impar na arquitectura visigótica peninsular, tal como a “tribuna”, dado que os exemplares que se conhecem são do século IX d.C.

Os trabalhos de arqueologia em São Gião da Nazaré realizados por Borges Garcia, juntamente com D. Fernando de Almeida produziram informações que viriam a despertar a atenção de outros investigadores. Entre eles, destaca-se Helmut Schlunk, que abordou, em comunicação apresentada em 1970 em Coimbra, ao II Congresso Nacional de Arqueologia a relação entre as práticas litúrgicas pré-românicas vigentes em São Gião e as características arquitectónicas ali evidenciadas (SCHLUNK, 1971), as quais estiveram na origem das considerações expendidas por Borges Garcia em 1978, acima apresentadas.

3.2 – Octávio da Veiga Ferreira e João Saavedra Machado

A segunda intervenção arqueológica ocorrida em São Gião decorreu sob a direcção do Doutor Octávio da Veiga Ferreira coadjuvado pelo Dr. João Saavedra Machado. A parceria entre estes dois arqueólogos explica-se pelo facto de o primeiro ser então arqueólogo da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), tendo a sua presença no local sido justificada pelo convite que lhe foi dirigido pelo então Director do Museu da Nazaré o seu colega e amigo Dr. João Saavedra Machado.

Os trabalhos de escavação iniciaram-se no dia 1 de Setembro de 1981 (FERREIRA & MACHADO, 1981) e tiveram como objectivo a prospecção “[...] *no lado sul da Igreja [...] para esclarecer o que havia sido encontrado em 1968 e de que não havia nenhum relato.*” (GARCIA, 1978, p. 1)³⁴ (Fig. 7).

Da análise do relatório verifica-se o aparecimento e estudo de uma série de elementos que abrangem vários períodos temporais desde possivelmente o Paleolítico Médio até ao século XVIII.

Se os vestígios da presença romana eram, até aqui, os mais antigos, a descoberta de um núcleo de sílex atribuído ao Paleolítico Médio (FERREIRA & MACHADO, 1981, p. 2) relançou a discussão sobre a ocupação humana naquele local.

Releva-se o estudo que foi feito no âmbito dos túmulos e da fauna malacológica e mamológica, de interesse para o conhecimento da alimentação das sucessivas populações que habitaram o local, sem prejuízo de algumas, ou mesmo da totalidade das conchas resultar de um processo natural de acumulação.³⁵



Fig. 7 – Fachada Noroeste da igreja de São Gião aquando dos trabalhos de Octávio da Veiga Ferreira e João Saavedra Machado (FERREIRA & MACHADO, 1981).

³⁴ Não deixa de ser curioso a referência a trabalhos de arqueologia no ano de 1968 em São Gião sem qualquer registo escrito. Na verdade, na consulta efectuada dos trabalhos de Borges Garcia, não se encontrou qualquer referência a trabalhos efectuados nesse ano.

³⁵ Em 1842 António Almeida Salazar refere: “*O grande campo que fica entre as ditas pontes* [refere-se às pontes da Barca, que eram mais do que uma, segundo uma acta da Junta da Paróquia da Pederneira datada de 1866], *e o mar* [vulgo a Algerifeira] *por ser muito baixo, e estar sujeito às inundações do rio, e mar, está quasi todo inculto.*”

Ainda antes de se abordarem as notícias sobre os túmulos e as ossadas encontradas, considera-se importante fazer referência aos vários achados que permitem uma revisão sobre a presença humana naquele local.

Assim, com base nas classificações então apresentadas dos espólios exumados, dado que agora não foi possível efectuar a localização dos mesmos, assinalou-se a existência de produções cerâmicas romanas, de vários fragmentos com bordos considerados característicos dos séculos V a VII d.C.; de uma *mealha*³⁶ da 1.^a Dinastia; de um fragmento de cerâmica vidrada verde (Mudéjar); e de um fundo de vasilha do século XVIII (*Ibidem*, p. 1- 4).

Desperta a atenção a referência a espólios da 1.^a Dinastia que poderá contribuir para o tão discutido assunto sobre o ermamento desta zona da Estremadura litoral, neste caso, no período entre o segundo quartel do século XII e o último quartel do século XIV.

Também o estudo das sepulturas encontradas por Eduíno Borges Garcia e a descoberta de “sepulturas ainda invioladas” (*Ibidem*, p. 4) constituem elementos de interesse para o conhecimento arqueológico de São Gião (Fig. 8): “A sepultura que denominamos n.º 1 tinha sido destruída na parede sul da mesma. Esta sepultura está orientada E-W. Aqui foi feito um buraco tendo sido arrancadas todas as pedras que faziam parte duma grossa parede, muito possivelmente a parede da nave sul da Igreja, assim como a parede da sepultura que era de alvenaria com argamassa.” (*Ibidem*, p. 4).

Observada a planta de implantação e organização dos trabalhos³⁷ verifica-se que esta sepultura [1] se encontra numa área que muitos autores defendem como fazendo parte integrante da igreja, as naves laterais, de ambos os lados da nave central (*Ibidem*, vol. II, p. 35-65).

Foi encontrada mais uma sepultura violada e “[...] por detrás [sic] da Igreja foi encontrada uma ossada de uma criança de cerca de 4 anos que, segundo nos pareceu, havia sido esmagada pela derrocada da abside da Igreja. cremos que o esqueleto desta criança é bem mais moderno que os das sepulturas.” (Fig. 9).

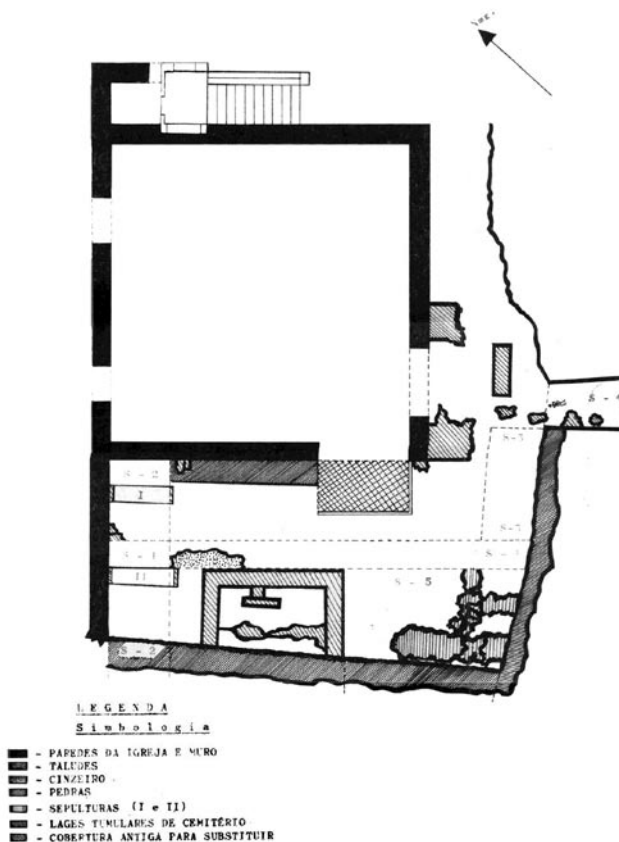


Fig. 8 – Implantação dos trabalhos efectuados em 1981 por Octávio da Veiga Ferreira e João Saavedra Machado e das estruturas identificadas (FERREIRA & MACHADO, 1981).

Todos aquellos campos foram antigamente mar, e todos elles são rotos, porque em toda a parte que nelles se cave, em mais ou menos altura se descobre arêa, e conchas como as das praias que estão juntas ao mar: é tanta a antiguidade d'algumas dellas, especialmente das conchas d'ameijoas, e bibrigões, que eu as vi, e tive em minhas mãos já podres, ou reducidas a uma espécie de cal branca." (SALAZAR, 1842, p. 580).

³⁶ Mealha, segundo Viterbo, “Não era uma moeda cunhada de per si; era metade de um dinheiro, partido com faca, tesoura ou outro instrumento. De ser metade do dinheiro se disse mealha. [...] No tempo d'el-rei D. Manuel se extinguiram as mealhas.” Cf. VITERBO, 1966, p. 396. Por mealha entende-se, também, “[...] moeda de cobre, equivalente a meio ceitil.” Cf. Lexicoteca: Moderno Dicionário da Língua Portuguesa. Lisboa: Círculo de Leitores, 1985, Tomo II, p. 111.

³⁷ Vide Fig. 9.



Fig. 9 – Vista do esqueleto de criança a que foi atribuída a idade de 4 anos (FERREIRA & MACHADO, 1981).



Fig. 10 – Duas sepulturas invioladas postas a descoberto nas escavações de 1981 (FERREIRA & MACHADO, 1981)



Fig. 11 – Aspecto da escavação, em 1981, de uma das sepulturas da Fig. 10, observando-se, do lado esquerdo, O. da Veiga Ferreira (cortesia do Museu Municipal Dr. Joaquim Manso, da Nazaré).

Não existem elementos para datar a derrocada da abside central pelo que não é possível datar o esqueleto da criança a que se refere Octávio da Veiga Ferreira, na falta de restos susceptíveis de datação pelo radiocarbono, o que se afigurava de grande importância. Foram ainda encontradas e registadas mais duas sepulturas: “[...] *duas sepulturas tapadas com grandes lajes e que parece não terem sido violadas pelos antigos escavadores.*” (*Ibidem*, vol. II, p. 35- 65) (Figs. 10 e 11) ³⁸

Os escavadores preocuparam-se com a preservação da área escavada, a qual ficou protegida “[...] *com placas de «platex» e plástico com uma camada de terra por cima para proteger o «chantier» de possíveis depredadores. Também o circuito da escavação vai ser vedado com arame farpado.*” (FERREIRA & MACHADO, 1981, p. 4).

Para uma correcta interpretação dos motivos que determinaram as escavações realizadas em 1981, importa ter presente que o processo administrativo de São Gião³⁹ entre o Estado e os proprietários decorria há já 10 anos, pelo que o local estaria abandonado e sujeito a acções de vandalismo que teriam estado na sua origem. Os trabalhos de arqueologia em São Gião da Nazaré viriam a ter continuidade apenas 19 anos depois sob a direcção de Luís Fontes, já depois de efectuada a classificação do templo como Monumento Nacional, em 1986.

³⁸ Com certeza referindo-se aos trabalhos de Eduíno Borges Garcia.

³⁹ Agradece-se ao Sr. Eng.º A. Monteiro o empréstimo de toda a documentação sobre o processo de aquisição, por parte do Estado, da igreja de São Gião. A informação constante nessa documentação é de grande importância para um futuro trabalho que, na nossa opinião, poderá explicar o estado de ruína avançada em que se encontra essa mesma igreja.

3.3 – Luís Fontes

Os trabalhos de arqueologia efectuados em São Gião sob a responsabilidade de Luís Fontes iniciaram-se no ano 2000 e viriam a repetir-se nos anos de 2001 e 2002, tendo o seu *terminus* no ano de 2005.⁴⁰

Os trabalhos efectuados no ano de 2000 tiveram como objectivo a avaliação da extensão e estado de conservação das ruínas, através da limpeza de entulhos, lixos e vegetação arbustiva que as ocultavam, incluindo as que foram postas a descoberto em anteriores escavações, a par de registos preliminares das estruturas e estratigrafias arqueológicas, tendo em vista seleccionar zonas para a realização de sondagens (FONTES, 2000).

Nesta “Fase I”, conforme consta da documentação consultada e indicada abaixo, constatou-se que as medidas de protecção anteriormente tomadas não resistiram à acção humana e dos elementos.

A “[...] *leitura atenta das estruturas e estratigrafias permitiu perceber a existência de vestígios nunca antes referenciados, designadamente: modificações na arquitectura da cabeceira do templo; um pavimento de opus signinum exterior ao templo da sua banda Este; e estruturas indefinidas sob as sepulturas que se haviam já identificado na banda sul.*” A segunda intervenção [2001] focar-se-ia na estabilização do imóvel através da substituição da estrutura de escoramento, interior e exterior, acompanhada do registo pormenorizado dos dados correspondentes (FONTES, 2001). Merece destaque nesta “Fase II” dos trabalhos a referência a ruínas no subsolo do templo, encontradas após a realização das microestacas. Os trabalhos realizados em 2002 (Fase III) permitiram confirmar uma cronologia de ocupação do edifício a partir da análise de estruturas construtivas pré-existentes, avançando com um intervalo temporal para o abandono do edifício primitivo em torno dos séculos V-VI, tendo-se posteriormente edificado no mesmo local o templo cristão (FONTES & MACHADO, 2010), confirmando-se “[...] *a existência de restos de um edifício (paredes + pavimento «opus»), cujo abandono está associado a cerâmicas calcíticas tardo-romanas [...]*”.

Determinaram-se “[...] *três fases construtivas para o templo cristão: [edifício actual] uma primeira correspondente ao edifício com nave central, transepto e abside, mais alas laterais compartimentadas; uma segunda, com acrescentamento de compartimento lateral na cabeceira e pavimentação com «opus» desenhando uma espacialidade em cruz latina, acrescentando-se-lhe também espaços sepulcrais com caixas de enterramento trapezoidais; uma terceira fase corresponde a adaptações parciais, como a abertura do altar lateral da nave. Determinou-se a sequência pós-abandono do templo, identificando-se a construção de um primeiro anexo acrescentado a norte e depois a sua ampliação com a edificação de um piso superior.*”

Os trabalhos de Luís Fontes viriam a terminar no ano de 2005 com o acompanhamento arqueológico no âmbito do “[...] *desenvolvimento do projecto de engenharia para [a] consolidação estrutural do monumento.*” (FONTES, 2005) (Fig. 12).

Assim se revelaram novas evidências relativamente à arquitectura do edifício existente, bem como novos elementos acerca da existência de uma estrutura romana, abaixo da cota de soleira do edifício actual, abandonada cerca do século V-VI.

Presentemente, o edifício mostra sinais evidentes de acelerada ruína, pelo que uma intervenção global, com a recuperação e consolidação integral do mesmo se afigura urgente.

Conforme aconteceu com a protecção das zonas anteriormente escavadas, também as escavações efectuadas por Luís Fontes foram protegidas por tela e por um estrado de madeira, que hoje não passa de uma estrutura arruinada pela falta de manutenção continuada.

⁴⁰ Correspondentes à “Fase I, Fase II, Fase III e, por fim, Fase IV.” <URL: <http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/?sid=projectos.resultados&subsid=160502>> [em linha]. (acedido em 03.10.2015).

4 – DISCUSSÃO

Destaca-se, entre os achados, a presença de moedas portuguesas que poderão contribuir para a continuidade do estudo da ocupação humana daquele local entre o século XII e o século XVI. Assim, verifica-se que Eduíno Borges Garcia refere o aparecimento “[...] *de moedas portuguesas, datadas, desde o século XIII ao século XV.*” (GARCIA, 1966, p. 406). Também Octávio da Veiga Ferreira refere o aparecimento de “[...] *uma mealha da 1.ª dinastia.*” (FERREIRA, 1981, p. 3).

Por fim, Luís Fontes propõe “[...] *uma cronologia [de ocupação] alargada entre os finais do século XII e os meados do século XVI, com base, entre outras evidências, nas moedas portuguesas recolhidas em contextos associados (a mais antiga um dinheiro de D. Sancho I e a mais recente um ceitil de D. João III [...]).*” (FONTES & MACHADO, 2010).

Observados os períodos temporais, verificamos que as moedas encontradas abrangem um espaço temporal entre a última metade do século XII (moeda de D. Sancho I – 1185-1211) e o reinado de D. João III (1521-1557).⁴¹

O espaço temporal apresentado acima levanta um conjunto de questões que poderão contribuir para uma percepção, ainda que discutível, sobre a utilização contínua do edifício em particular e do local de São Gião em geral.⁴²

Se a primeira datação poderá colocar o local de São Gião da Nazaré como já existente no reinado de D. Sancho I,⁴³ a segunda é contemporânea de um acontecimento já iniciado há alguns séculos, que viria a influenciar toda a dinâmica social, económica e eclesiástica desta região: os constantes assoreamentos da barra da laguna da Pederneira e, por fim, a colmatação do espaço lagunar obrigaram as populações, não só as do núcleo medieval da Pederneira mas também de todas as comunidades que, vivendo da pesca na laguna, se viram obrigadas a acompanhar o retrocesso das águas marítimas, dando continuidade, dessa forma, a uma actividade que já vinha de tempos mais recuados. Parece, por isso, que as alterações geomorfológicas e climáticas terão sido fundamentais ou mesmo iniciadoras de um conjunto de processos que viriam a colocar em particular o local de São Gião, numa situação de isolamento geográfico e, por conseguinte, social, económico e eclesiástico.

É neste contexto que a descoberta das moedas portuguesas encontradas em São Gião poderá despoletar uma interessante análise que, remetendo para o período entre 1185⁴⁴ e 1557, faça questionar a omissão daquele local nos documentos alcobacenses até 1375 (BARBOSA, 1992, p. 52).



Fig. 12 – Estado actual da cobertura que deveria proteger a igreja dos factores climáticos. Note-se a existência de pilaretes de betão, fundados no terreno, nos quais se apoia a estrutura.

⁴¹ Segundo Luís Fontes.

⁴² Qualquer análise sobre esta questão não deverá esquecer a dinâmica social, económica e, fundamentalmente, geomorfológica da laguna da Pederneira.

⁴³ Ter-se-á de levar em conta a descoberta da “Mealha da 1.ª Dinastia”, encontrada durante os trabalhos de Octávio da Veiga Ferreira e Saavedra Machado, que poderá transportar-nos para períodos anteriores aos finais do século XII.

⁴⁴ Início do reinado de D. Sancho I, como já se referiu.

De facto, não parece ser aceitável que a antiguidade da igreja de São Gião, estudada e plasmada em vários trabalhos de inquestionável valor científico, possa ter passado por um processo de omissão nas fontes primárias, em particular nas que se referem a esta zona da Extremadura litoral, deixando à arqueologia o ónus da sua descoberta e, acto contínuo, da sua análise cronológica (ZOREDA & LARA, 1999; SOUTO, 1969; SCHLUNK 1971, p. 509-528; HAUSCHILD, 1986; ZOREDA, SÁINZ & AGUDO, 2003, p. 75-79).

Na verdade, documentação dada a conhecer há poucos anos sustenta a necessidade emergente de desenvolver um processo de pesquisa nos arquivos nacionais, mormente na Torre do Tombo, de forma a aferir, ou não, se o local de São Gião da Nazaré foi de facto *esquecido* pelos monges brancos de Alcobaça, à excepção de Frei Bernardo de Brito que, como sabemos, despoleta o processo em finais da centúria de quinhentos!

É, pois, através de Saul António Gomes que nos é permitido o conhecimento de um documento que relata uma querela entre Santa Cruz de Coimbra e o Mosteiro de Alcobaça que muito interessa a este estudo.

Segundo o investigador, “*O processo refere-se à Granja da Pescaria (na Serra do mesmo nome,⁴⁵ a sul da Pederneira) e ainda o lugar da Concha (que identificamos como correspondendo ao topónimo moderno de Concha de S. Martinho do Porto).*

Este processo poderá inserir-se naturalmente no contexto das contendas entre ambas as instituições (Mosteiro de Alcobaça e Mosteiro de Santa Cruz) travadas já na década de 1180, em cuja conjuntura, aliás, se elaborou um documento datado de 1183, pelo qual D. Afonso Henriques ampliou e delimitou, com mais precisão, os limites do couto alcobacense.

Estas confirmações pontifícias não agradaram seguramente a Santa Cruz de Coimbra que defendia ser a Granja da Pescaria fundada pelos habitantes de Leiria, paroquianos de Santa Maria da Pena, matriz do priorado, sob comando dum tal Paio Velho que se teria instalado em Alcobaça, antes de 1152-1153, ali organizando as actividades produtivas e também na Granja da Pescaria e nos olivais e vinhas da Concha de S. Martinho.

Diz em suma, o fragmentado processo, que nos últimos quarenta anos os Cistercienses tinham recebido para sepultura paroquianos de Santa Maria de Leiria, pescadores e outros que se haviam fixado na Granja da Pescaria e ali construíram as suas casas e pousadas. Argumentava-se que antes de Alcobaça ter sido fundada, e o seu couto estabelecido, a Granja da Pescaria era da jurisdição de Santa Cruz de Coimbra, tendo-lhe sido retirada por D. Teresa, por autoridade de seu pai D. Afonso Henriques a fim de ser coutada no Mosteiro de Alcobaça.” (GOMES, 2004, p. 29).

O documento datado de [1193 e/ou ca. 1209] (GOMES, 2000, p. 54) dá a quinta da Pescaria como já existente, para o que nos importa, no período do reinado de D. Sancho I, sublinhando-se, como veremos, a proximidade geográfica desta quinta com a de São Gião, omitida nesse processo.

Essa proximidade geográfica assim como a omissão nas fontes poderá indiciar que a quinta da Pescaria teria os seus limites alargados até ao oceano e que, por isso mesmo, a pequena igreja de São Gião faria parte dessa quinta, não existindo enquanto topónimo de lugar.⁴⁶

Notámos atrás que as quintas e ou granjas possuíam, na sua maioria, uma capela dedicada a um determinado orago. Assim, não estaria a pequena igreja de São Gião inserida nos domínios da quinta da Pescaria?

⁴⁵ Deixa-se o aprofundamento da presente abordagem para uma futura oportunidade, uma vez que a sua apresentação ultrapassa os objectivos sintéticos deste estudo.

⁴⁶ Em jeito de advertência, sempre se dirá que o Topónimo de Lugar é diferente de um topónimo associado, para o nosso caso, a uma igreja, normalmente associado a um orago, como parece ser o caso de São Gião. De qualquer das formas, não raras vezes o Orago dá origem ao Topónimo de Lugar.

Pedro Gomes Barbosa, baseado nas cartas de Honório III e da de Gregório IX, assinala, para o ano de 1227, a existência, entre outras, das seguintes granjas “[...] *Torre de Framundo, Pescaria, [...] Valado* [...]”.⁴⁷

Em 1296, no âmbito da demarcação das igrejas do couto alcobacense, à igreja de Pederneira ficam anexos os locais da Serra da Pescaria e a Granja do Valado com seus termos (BOAVENTURA, 1827, p. 41).

Iria Gonçalves, como vimos, nota a existência da granja de São Gião e da Pescaria, mas já no primeiro quartel do século XIV (GONÇALVES, 1989, p. 140),⁴⁸ altura em que os limites do couto alcobacense já se encontravam praticamente estabilizados (GONÇALVES, 1989, p. 355-356).⁴⁹

Pedro Gomes Barbosa, também para o século XIV, não indica a quinta de São Gião num mapa onde agrega, segundo a documentação consultada, as “[...] *Granjas citadas nos documentos papais* [e as] *Granjas referidas nos documentos, até 1325*.” (BARBOSA, 1992, p. 354, Mapa1 1).

Dado o silêncio das fontes que não permitem tecer uma opinião sustentada sobre a relação entre a quinta da Pescaria e o local de São Gião, torna-se pertinente uma análise aos factores climatéricos ocorridos em finais do século XII, inícios do século XIII e, sobretudo, no século XIV, de forma a aferir de uma eventual alteração geográfica, social e económica que, assim como aconteceu com a Pederneira (FIDALGO, 2012, p. 27-53), possa ter mudado a geografia física e humana daquela zona entre a laguna e o oceano.

De facto, os últimos anos do século XII caracterizaram-se por Invernos rigorosos e pluviosos seguidos de Verões secos e prolongados (TAVARES, 2004, p. 464), condições nada favoráveis para a agricultura e, por conseguinte, para a manutenção do nível de produção das várias quintas do Mosteiro, ainda que se considere que o sistema de exploração deveria encontrar-se no seu início, dado o espaço de tempo entre a implantação/construção do mosteiro e toda a logística necessária à gestão do território que lhe estava adstrito.

O local de São Gião que, como nota Almeida Salazar (SALAZAR, 1842, p. 556), beneficiava dos bens vindos da terra mas também do mar, deverá ter passado por esse processo de uma substancial diminuição produtiva. Mas, se isto se aplica ao local de São Gião, na nossa opinião, com maior propriedade se deverá ter feito notar na quinta da Pescaria.

A quinta da Pescaria, localizada na vertente oriental da serra do mesmo nome, outrora junto ao espaço lagunar, estaria exposta não só às crises produtivas provindas das actividades agrárias que lhe deveriam vir do território onde se implantava, mas também dos ares poucos saudáveis e dos recursos marinhos cada vez mais escassos.

Em particular entre o final do século XII e mesmo até finais do século XVI, existem notícias de grandes oscilações climáticas e geomorfológicas, em particular nas zonas costeiras, redução da capacidade produtiva, pestes, fomes,⁵⁰ condições adversas que poderão ter despoletado o abandono dos locais situados na periferia da

⁴⁷ BARBOSA (1992, p. 141). Estes três topónimos encontram-se, também, referidos numa *Carta de foro* dada aos homens da Pederneira datada de 1283 (E.1321], AN/TT, Mosteiro de Alcobaça, 2.ª incorp., m. 1, n.º 1, fls. 2v-3v. Confira-se o que se escreveu sobre este assunto em FIDALGO, 2012, p. 21-26. Todas elas com capelas associadas, como já verificámos atrás. A quinta de D. Framondo possui uma capela cujo orago é dedicado a Nossa Senhora do Bom Sucesso. Esta pequena capela ainda existe e foi por nós estudada há alguns anos. Devemos, contudo, a informação do orago ao Sr. José Eduardo Lopes.

⁴⁸ Importa não esquecer que o mapa apresentado por Iria Gonçalves, atrás comentado, apresenta uma cronologia das granjas com início no século XIII. Achamos que, por esse motivo, a autora coloca, no mesmo mapa, a granja de São Gião e a da Pescaria.

⁴⁹ Aliás, como consta, “*D. Pedro, logo no início do seu governo, em Setembro de 1358 confirmou ao mosteiro a posse de todo o couto e de todos os seus direitos. Dom Fernando fez doação ao mosteiro em 1368, da Póvoa de Paredes, deste modo desmembrada do termo de Leiria. Faltava apenas a aquisição de Pataias, para se concluir o circuito. E ela veio alguns anos mais tarde, em 1374, porque, segundo a expressão usada na doação, as rendas da abadia estavam muito «apoquentadas», tanto por motivo da peste como das guerras com Castela.*” Perante os factos apresentados, ainda que este assunto continue a ser objecto de ampla discussão, considera-se que o local da Pederneira se deve incluir dentro dos Coutos de Alcobaça entre 1358 e 1374, não antes.

⁵⁰ Sobre a peste nos séculos XII a XVI, ver TAVARES, 2004, p. 450-515.

laguna da Pederneira e a consequente procura por zonas mais junto ao mar onde, para o nosso caso, o contacto com a laguna ou o que restava da mesma já não seria tão directo.

De facto e levando em conta a proposta de Virgínia Henriques, verifica-se o assoreamento das zonas limitrofes da laguna onde se incluía, entre outros locais, a quinta da Pescaria.

Admite-se que poderão ter sido estes os factores que levaram ao esquecimento/omissão das fontes da quinta da Pescaria e, por outro lado, ao aparecimento da quinta de São Gião.

O século XVI parece ser o século de uma mudança geográfica e toponímica, em que as populações iniciaram um processo migratório das zonas localizadas na periferia da laguna, agora num processo acelerado de assoreamento (Fig. 13), para se estabelecerem junto ao mar. Haveria, então, que subir a pequena serra e descer até São Gião e, aí, no sopé da encosta ocidental da mesma, junto ao mar, poderiam iniciar um novo processo de estabilização social, económica e eclesiástica.

É nesse contexto temporal e de grandes alterações como as que já se referiram que se pode entender a divulgação da igreja de São Gião pela pena de Bernardo de Brito.

A ser assim, talvez fique justificada a importância da descoberta das moedas portuguesas, no âmbito dos trabalhos de arqueologia realizados em São Gião da Nazaré.

Parece sustentável a presença de moedas que remontam ao reinado de D. Sancho I até ao reinado de D. João III, num local olvidado pela documentação coeva.

Mas, se se levar em conta a muito provável migração das populações da periferia do sector interior e central da laguna da Pederneira para o sector litoral (FIDALGO, 2013, p. 60), onde se encontra o local de São Gião, por motivo das pestes, das condições climáticas, da crise social e económica, atrás mencionadas e, também, da diminuição do espaço lagunar, talvez seja sustentável a presença humana no local de São Gião no período acima mencionado.

Aliás, já se referiu que a Pederneira deverá ter passado por processo idêntico, um afastamento do espaço lagunar para uma zona alta, suficientemente longe dos focos epidémicos, mas perto do oceano, de forma a continuar a assegurar a actividade económica mais antiga das gentes desta póvoa marítima, a pesca, não esquecendo as actividades ligadas à exploração da terra.⁵¹

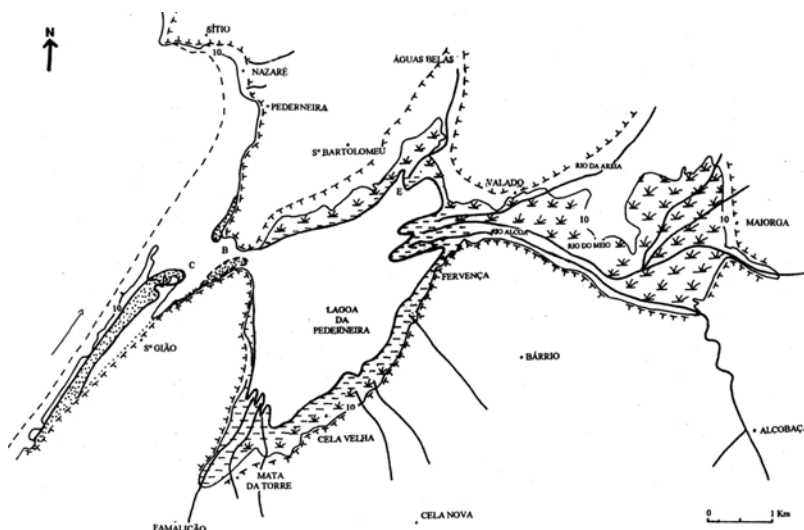


Fig. 13 – Configuração provável da lagoa da Pederneira no século XIV, segundo Virgínia Henriques (1996, Fig. II, p. 153).

⁵¹ FIDALGO, 2012, p. 27-52. São muitos os documentos datados do século XIII, XIV, XV e XVI que referem essa actividade na Pederneira. Contudo, para o assunto que agora abordamos não se considera pertinente a sua apresentação. Conta-se apresentar essa cronologia documental num trabalho que um de nós (C.F.) está a preparar em homenagem ao Dr. Possidónio Mateus Laranjo Coelho.

As moedas encontradas em São Gião da Nazaré relevam, também, essa possibilidade. Isto apesar da sua maioria ter sido encontrada em contextos de enterramento, em particular localizadas a Sudeste, Sul, Sudoeste e Oeste do edifício. Conforme refere Luís Fontes, a “[...] *ocupação correspondente a esta fase construtiva está bem definida pela intensa utilização cemiterial do local, à falta de datações C14 dos restos osteológicos, propomos uma cronologia alargada entre os finais do século XII e os meados do século XVI, com base nas moedas portuguesas recolhidas em contextos associados (a mais antiga um dinheiro de D. Sancho I e a mais recente um ceitil de D. João III [...]) e que se correlacionam com os enterramentos, confirmando, aliás, uma prática generalizada nos enterramentos medievais.*” (FONTES & MACHADO, 2010).

Sustenta-se assim, a utilização do local de São Gião nesse período de tempo, do século XII até ao século XVI, relevando-se que o achado das moedas em contexto de enterramento, como se referiu, possa constituir-se como uma forte evidência de uma necrópole medieval de maiores dimensões que, após trabalhos de arqueologia e o necessário estudo dos restos osteológicos já encontrados, poderá contribuir para uma cronologia mais objectiva sobre a ocupação humana daquele local, pelo menos até ao século XVIII, em que, como já notámos, terá sido encerrada a igreja ao culto, mas não o local de São Gião à utilização social e económica.

O local de São Gião desempenhou um papel aglutinador de comunidades monásticas e não monásticas, não só pela função cultural, mas com maior propriedade pelas condições naturais que o local oferecia para a sobrevivência de todos os que se instalaram naquele local.

Embora hoje a igreja de São Gião não passe de uma ruína, cada vez mais esquecida pelas entidades competentes, o local de São Gião continuará a ser um espaço onde o sagrado, o natural, o social e o económico convivem lado a lado, esperando que a arqueologia continue a revelar-nos novas evidências, independentemente da cronologia dos achados, sobre a importância patrimonial e histórica da quinta de São Gião da Nazaré e, acima de tudo, sobre a dimensão territorial da quinta de São Gião.

4 – CONCLUSÃO

Nos trabalhos arqueológicos efectuados em São Gião sobre os quais incidiu esta síntese, com a apresentação de elementos inéditos, resultantes da intervenção dirigida em 1981 por O. da Veiga Ferreira, verifica-se a existência de três abordagens distintas, a saber:

Os trabalhos de Eduíno Borges Garcia, iniciados em 1962, a que ulteriormente se associou Fernando de Almeida, visaram a análise da arquitectura do edifício e dos elementos escultóricos ali encontrados, a par da caracterização de diversos achados arqueológicos, conduzindo à conclusão que se tratava de um templo visigótico.

O importante trabalho de Helmut Schlunk, de 1971 baseado naqueles estudos e na observação *in loco* do templo, conduziu à contextualização daqueles resultados nas práticas litúrgicas da época, salientando algumas particularidades arquitectónicas observadas e com elas directamente relacionadas.

A intervenção de O. da Veiga Ferreira abordou a caracterização das faunas mamalógica e malacológica recolhidas, não deixando de relevar a importância das sepulturas encontradas na envolvente próxima do templo.

A última intervenção arqueológica efectuada em São Gião sob a direcção de Luís Fontes, realizada em vários anos entre 2000 e 2005 no âmbito dos trabalhos preparatórios e de salvaguarda para a colocação de uma estrutura de escoramento e de uma protecção metálica que envolve os edifícios, resultou na análise da evolução arquitectónica do edifício, tendo-se identificado novos elementos, especialmente um edifício romano pré-existente, que terá sido utilizado até o século V-VI, antecedendo a construção do templo actualmente em ruínas.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, F. & GARCIA, E. B. (1966) – Igreja Visigótica de S. Gião (Estremadura – Portugal), Campanha de Escavações durante Agosto de 1965. *IX Congresso Nacional de Arqueologia*. Actas. Zaragoza, p. 405-407.
- AUGUSTO, S. (2009) – Diário da Jornada de Roma do Embaixador extraordinário, O Marquês de Fontes, no ano de 1712. *Revista Máthesis*. 18, p. 81-108.
- BARBOSA, P. G. (1992) – *Povoamento e estrutura agrícola na Estremadura central*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica.
- BRITO, B. (1597) – *Monarquia Lusitana*. Mosteiro de Alcobaça. I Parte, Livro Terceiro, Capítulo XI.
- COELHO, P. M. L. (1922) – A Pederneira. Apontamentos para a História dos seus mareantes, pescadores, calafates e das suas construções navais nos séculos XV a XVII. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 25, p. 196-247.
- COSTA, A. C. (1712) – *Corografia portuguesa, e descripçam topografica do famoso reyno de Portugal*. Lisboa: Na Officina de Valentim da Costa Deslandes, Tomo 3.
- FERREIRA, O. V. & MACHADO, J. S. (1981) – *Relatório das Escavações em S. Gião (Nazaré)*, Campanha de 1981. Relatório não publicado, apresentado ao IPPC.
- FIDALGO, C. (2011) – *O Povoamento na área da Lagoa da Pederneira: da ocupação romana até ao século XII*. Lisboa. Dissertação de Mestrado em Estudos do Património apresentada à Universidade Aberta. Orientação do Prof. Doutor João Luís Cardoso, vol. I e II.
- FIDALGO, C. (2012) – *As Igrejas da Pederneira: do século XII ao século XVII. Uma análise*. Caldas da Rainha: Caldas Editora.
- FIDALGO, C. (2013) – *O Povoamento na área da Lagoa da Pederneira: da ocupação romana até ao século XII*. Edição da Biblioteca da Nazaré, 2013. Esta publicação é o resultado do 1.º volume da dissertação de Mestrado em Estudos do Património defendida em Março de 2011, Universidade Aberta – Departamento de Ciências Sociais e Gestão, sob a orientação do Prof. Doutor João Luís Cardoso.
- FONTES, L. & MACHADO, A. (2003) – São Gião da Nazaré: trabalhos arqueológicos: fase III – sondagens nos alçados e no solo: relatório final [2002], Braga: Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho. *Trabalhos arqueológicos da UAUM/memórias*, ISSN 1647-5836, n.º 3, 2010 [em linha], <URL: http://www.uaum.uminho.pt/edicoes/Memorias_3.pdf> (acedido em 3.10.2015)
- FONTES, L. F. O. (2000) – *Estudo Arqueológico de São Gião da Nazaré. Trabalhos de Escavação 14/02/2000 a 03/03/2000*. Lisboa: IPA, Processo-S-00179. Relatório Aprovado [em linha], <URL: <http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/?sid=trabalhos.resultados&subsid=128963&vp=160502>> (acedido em 3.10.2015).
- FONTES, L. F. O. (2001) – *Estudo Arqueológico de São Gião da Nazaré. Trabalhos de Valorização 01/11/2001 a 30/12/2001*. Lisboa: IPA, Processo: S-00179. Relatório Aprovado [em linha], <URL: <http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/?sid=trabalhos.resultados&subsid=160513&vp=160502>> (acedido em 3.10.2015).
- FONTES, L. F. O. (2005) – *Estudo Arqueológico de São Gião da Nazaré. Trabalhos de Sondagem 08.08.2005 a 12.08.2005*. IPA, Processo: S-00179. Relatório Aprovado [em linha], <URL: <http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/?sid=trabalhos.resultados&subsid=2469623&vp=160502>> (acedido em 3.10.2015)
- FONTES, L. & MACHADO, A. (2003) – São Gião da Nazaré: trabalhos arqueológicos: fase III – sondagens nos alçados e no solo: relatório final (2002). Braga: Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho. *Trabalhos arqueológicos da UAUM/memórias*, ISSN 1647-5836, n.º 3, 2010 [em linha], <URL: http://www.uaum.uminho.pt/edicoes/Memorias_3.pdf> (acedido em 03/10/2015)

- GARCIA, E. B. (1962) – Achados Arqueológicos em Famalicão da Nazaré: Do Paleolítico ao período Árabe. *XXVI Congresso Luso-Espanhol (Porto, 1962)*. Actas. 7, p. 3-15.
- GARCIA, E. B. (1963-64) – As Torres e os fachos na Lagoa da Pederneira: A Torre de D. Framondo. *Arquivo de Beja*. Beja. 21-22, p. 27-34.
- GARCIA, E. B. (1965) – Notícia sobre um templo Pré-Românico na Região dos Coutos de Alcobaça. *Lycerna*. Porto. 4, p. 295-297.
- GARCIA, E. B. (1966) – Um templo visigótico em S. Gião (Famalicão da Nazaré) – Estremadura. *Arqueologia e História*. Lisboa. Série VIII, 12, p. 203-219.
- GARCIA, E. B. (1978) – S. Gião: Uma Igreja Visigótica nos Coutos de Alcobaça. Conferência proferida na ADEPA, Mosteiro de Alcobaça, em Janeiro de 1978. *O Alcoa*, p. 1-10.
- GOMES, S. A. (2000) – Revisitação a um velho tema: a fundação do Mosteiro de Alcobaça. *Cister, Espaços e Territórios, Colóquio Internacional* (Alcobaça, 1998). Actas. Lisboa: IPPAR), p. 27-72.
- GOMES, S. A. (2004) – *Introdução à História do Castelo de Leiria*, 2.^a edição. Leiria: Câmara Municipal de Leiria.
- GOMES, S. A. (2005) – *Porto de Mós: colectânea histórica e documental: séculos XII a XIX*. Porto de Mós: Câmara Municipal. ISBN 972-95155-1-4.
- GONÇALVES, I. (1989) – *O património do Mosteiro de Alcobaça nos séculos XIV e XV*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Tese de Doutoramento em História.
- HAUSCHILD, T. (1986) – Arte Visigótica. In *História da Arte em Portugal. 1 - Do Paleolítico à Arte Visigótica*. Lisboa: Alfa.
- HENRIQUES, M. V. (1996) – *A faixa litoral entre a Nazaré e Peniche. Unidades geomorfológicas e dinâmica actual dos sistemas litorais*. Dissertação de doutoramento apresentada à Universidade de Évora para obtenção do grau de Doutor em Geografia Física.
- MARQUES, M. A. (1998) – *Estudos sobre a Ordem de Cister em Portugal*. Lisboa: Colibri / Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- NATIVIDADE, J. V. (1944) – As Granjas do Mosteiro de Alcobaça. *Boletim da Junta da Província da Estremadura*. 5, p. 5-30 (separata).
- SALAZAR, A. A. (1842) – *Memórias da Real Casa de N. Senhora da Nazareth – Offerecidas a N. Senhora e a todos os seus devotos*. Nazareth, Tomo II.
- SÃO BOAVENTURA, F. (1827) – *História Chronologica, e Critica da Real Abbadia de Alcobaça*. Lisboa: Impressão Régia.
- SOUTO, Meyrelles (1969) – Acerca da Iconóstase. *Revista de Artes e Letras*. Lisboa. 53.
- SCHLUNK, H. (1971) – La Iglesia de S. Gião, cerca de Nazaré. Contribución al estudio de la influencia de la liturgia en la arquitectura de las iglesias prerrománicas de la Península Ibérica. *II Congresso Nacional de Arqueologia (Coimbra, 1970)*. Actas. Coimbra: Ministério da Educação Nacional, Junta Nacional da Educação, 2, p. 509-528.
- TAVARES, M. J. F. (2004) – *Os sinais dos tempos: para o estudo do clima e do litoral português (séculos XII a XVI.) Colóquio Evolução Geohistórica do Litoral Português e Fenómenos Correlativos (Lisboa, 2004)*. Actas. Lisboa: Universidade Aberta, p. 451-515.
- VITERBO, J. S. R. (1966) – *Elucidário das palavras, termos e frases*. Ed. Crítica. Porto: Livraria Civilização, vol. 2.
- ZOREDA, L. C. & LARA, F. S. (1999) – *La Iglesia Mozárabe de Santa Lucía del Trampal, Alcuéscar (Cáceres)*. Mérida: Junta de Extremadura, Consejería de Cultura.
- ZOREDA, L. C.; SÁINZ, F. A. & AGUDO UTRERO, M. A. (2003) – “São Gião de Nazaré – Un tipo original de iglesia”, *Arqueologia de la Arquitectura*. 2, p. 75-79.